



> *“Parece-nos imperioso perspectivar esta nova reforma na transparência”, afirma António Cunha.*

MIGUEL RELVAS

BRAGA

UNIVERSIDADE

Dinheiro abundante provocou a crise

Numa conferência sobre reforma da administração financeira do Estado, o ministro Miguel Relvas apontou o “dinheiro abundante e barato” como origem da actual crise.

> **osé paulo silva**

O ministro Miguel Relvas afirmou ontem, na Universidade do Minho, que a crise em que Portugal se encontra neste momento “derivou de dinheiro abundante e barato”. Na abertura da conferência ‘Reforma da Administração Financeira do Estado’, o governante ocupou grande parte da sua intervenção com críticas aos que se opõem às reformas na máquina administrativa central e local, entendidas como uma das saídas para a crise.

O ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares reconheceu que “tudo o que significa fazer alterações incomoda, gera inimigos”, fruto de “uma atitude de grande esquizofrenia”, dando como exemplo o que se tem passado com a implementação da reforma da administração local.

“Falei com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Associação Nacional de Freguesias para fazermos isto em conjunto. Disseram-me que



ROSA SANTOS

Reitor pediu ao Governo mais flexibilidade para a gestão das universidades

sim, desde que fizesse aquilo que eles queriam: não mudar”, disse o ministro no arranque da conferência organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

“Em Portugal todos são a favor das reformas, desde que sejam para o vizinho”, insistiu Miguel Relvas, que voltou a culpar as Parcerias Público-Privadas pela situação em que o país se encontra, já que, nesta relação “o risco fica do lado do Es-

tado e muito pouco de quem tem que assumir responsabilidades”.

Miguel Relvas disse também que não tem havido uma “relação de transparência” entre o cidadão e o Estado e que “a partir de 2013, todos os funcionários superiores da administração pública vão ser escolhidos por concurso”, indicando este como “factor decisivo de transparência e credibilização da administração pública”.

Universidades não contribuem para o défice

Antes de Miguel Relvas afirmar que ninguém está a salvo das medidas de austeridade e que não existe um plano B para salvar a economia portuguesa, o reitor da Universidade do Minho recordou que as universidades públicas “não têm contribuído para o défice”, pelo que disse não entender as lógicas de “legislação financeira completamente cega para as diferenças de realidades, de objectivos institucionais e de práticas de desempenho”, de que é exemplo a

lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

“Devíamos ter sido poupados a este processo doloroso e desgastante”, considerou António Cunha, crítico também do sistema de centralização de compras “castrador da autonomia universitária” e que “irá conduzir a lógicas monopolistas de favorecimento de empresas de grupos económicos de maior dimensão”, acentuando a “centralização da actividade na região de Lisboa e ao esvaziamento das economias regionais”.

Para o presidente da OTOC, Domingues Azevedo, o Governo, com a lei dos compromissos, tem dados sinais de querer acabar com situações de falta de transparência na administração financeira do Estado.

“As pessoas quando gerem dinheiros públicos têm de ter mais cuidado”, afirmou, dando como exemplo dos “desmandos” que os contribuintes acabam por pagar “o desaparecimento de seis mil milhões de euros de uma região autónoma”.